NOVO GOVERNO / Coronel da PM de São Paulo Nivaldo Restivo recusa convite para comandar a Secretaria Nacional de Políticas Penais. Indicação havia provocado críticas devido ao suposto envolvimento dele no massacre do Carandiru

Outra baixa na pasta de Dino

» RAPHAEL FELICE

Futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB-MA) tem encontrado dificuldades para montar a equipe. O escolhido dele para comandar a Secretaria Nacional de Políticas Penais, o coronel da Polícia Militar de São Paulo Nivaldo Restivo, recusou o convite.

Em nota, ontem, Restivo se disse grato pela indicação e alegou que a decisão decorre de "circunstâncias". A negativa acontece após críticas da equipe de transição, que apontou suposto envolvimento dele com o caso do **massacre do Carandiru** — chacina, ocorrida em 1992, com 111 mortes de presidiários.

"Agradeci exaustivamente o honroso convite para fazer parte de sua equipe. Em que pese a motivação e o entusiasmo para contribuir, precisei considerar circunstâncias capazes de interferir na boa gestão", argumentou o coronel.

Atual chefe da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, Restivo também ressaltou questões pessoais. "A principal delas é a impossibilidade de conciliar a necessidade da dedicação exclusiva ao importante trabalho de fomento das políticas penais, com o acompanhamento de questões familiares de natureza pessoal", frisou. "Assim, reitero meus agradecimentos ao ministro Flávio, na certeza de que seu preparo conduzirá ao êxito da imprescindível missão que se avizinha", finalizou.

Em 2017, quando assumiu como comandante-geral da PM paulista, o coronel afirmou que a ação dos agentes foi "legítima e necessária". À época, o governador de São Paulo era o futuro vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Restivo é a segunda baixa no futuro ministério de Dino. A primeira foi o escolhido para o comando da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Na terça-feira, o ex-governador do Maranhão anunciou o secretário de Transparência do Espírito Santo, o policial rodoviário Edmar Camata, para diretor da corporação, mas voltou atrás no dia seguinte.

Camata foi descartado após virem à tona postagens que ele fez em 2017, nas quais comemorou a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva pela Lava-Jato. As mensagens mostravam, também, que o agente era admirador do agora senador eleito Sergio Moro (União-PR), quando o ex-juiz comandava o Ministério da Justiça. Somado a isso, Moro foi o magistrado que atuou âmbito da força-tarefa.

Ante a controvérsia, Dino desistiu da indicação e anunciou o nome do policial rodoviário federal Antônio Oliveira. "Levamos em conta menos as visões pretéritas e mais presente e futuro, mas precisamos olhar para o futuro, se aquele ou aquela líder tem condições políticas para liderar equipe. Óbvio que, em meio às polêmicas, acaba por dissipar energias em uma área que precisa de foco", justificou Dino, na ocasião.

Leia mais sobre Carandiru na página 4

Réu no TJ-SP

Na época, Nivaldo Restivo ocupava a posição de tenente da Polícia Militar de São Paulo, mas não esteve à frente das equipes que ingressaram no presídio de Carandiru. Ele chegou a ser indiciado e denunciado por crime de omissão, mas foi absolvido. Restivo ainda consta como um dos 121 réus de uma ação que está sob o jugo da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça São Paulo e que deve subir para as Cortes de Brasília em 2023, para apreciação de recursos especiais e extraordinários.

